

Universidade e mercado de trabalho: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj

University and the labor market: the social trajectory of quota graduate students from the College of Social Work at the State University of Rio de Janeiro

Clarissa F. do Rêgo Barros*

Resumo – Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa qualitativa realizada no doutorado, relacionando educação, política de ação afirmativa na universidade e inserção no mercado de trabalho com 11 alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. Os dados apresentados resultam da análise da trajetória social dos estudantes cotistas ao longo da formação na Educação Básica, do ingresso e conclusão na universidade e da inserção no mercado de trabalho. Assim, buscou-se identificar as particularidades, dificuldades, conquistas e possíveis mudanças socioeconômicas alcançadas a partir das políticas de ação afirmativa, tendo como base os princípios normativos de igualdade substancial, justiça social e de eventual mobilidade social, derivadas da profissionalização e do alcance de melhores colocações no mercado de trabalho para este grupo étnico-social específico beneficiado pelas cotas na Uerj. **Palavras-chave:** educação; trabalho; política de ação afirmativa; ensino superior.

Abstract – This article aims to present the results of the qualitative research carried out in the doctorate's research connecting education, affirmative action policy in the university, and the insertion in the job market with 11 students from the College of Social Work at the State University of Rio de Janeiro (Uerj). The data presented is based on the analysis of the social trajectory of the quota students along their formation in basic education, access to the university, graduation, and insertion in the labor market. In this way, it is sought to identify the peculiarities, difficulties, achievements, and possible socioeconomic changes achieved from the affirmative action policies, based on the normative principles of substantial equality, social justice, and possible social mobility, derived from the professionalization and the reach of better job market placements for this specific social ethnic group benefited by the quotas at Uerj.

Keywords: education; labor; affirmative action policy; higher education.

* Historiadora graduada pela PUC-Rio. Especialista em História Contemporânea. Doutora em Serviço Social/PPGSS UERJ. *Correspondência:* Rua Xingu, 53 (casa). Freguesia/ Jacarepaguá. RJ. CEP: 22760-070. E-mail:< clafbarros2015@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6765-4848>>.

A conjuntura neoliberal de crise na educação: breve histórico das políticas de ação afirmativa no Brasil

A crise estrutural do capitalismo, a partir dos anos 1970, aprofundou, no Brasil, a flexibilização das relações de produção, determinando a reformulação do papel do Estado passou a retrair sua ação socioreguladora através da retirada do atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores. No âmbito das relações trabalhistas também ocorreram mudanças que repercutiram na instituição de novos processos de trabalho baseados na desterritorialização de parte do ciclo produtivo, na necessidade de hiperqualificação do trabalhador para desenvolver atividades e envolvendo altas tecnologias. Como consequência direta destas transformações, houve a precarização absoluta das relações de trabalho. A ampliação do desemprego, do exército industrial de reserva, dos vínculos temporários, instáveis e precários, e da perda de direitos dos trabalhadores refletem um processo de fragmentação da classe trabalhadora, cujo resultado é o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e raciais, (HARVEY, 2005).

Na conjuntura neoliberal de aprofundamento do nexos entre educação e trabalho, a ideologia do capital humano apregoa a garantia de melhores empregos, maior produtividade e ampliação do poder de compra. Sugere desta forma, que a educação formal tenha o papel de viabilizar a qualificação e os elementos necessários para competitividade e inserção no mercado de trabalho. Cabe à formação de nível básico – a escola básica – o acesso aos postos de trabalho imediatos, de baixa e média remuneração e nível técnico – já ao ensino superior, cabe a profissionalização com possibilidade de alcance dos melhores postos de trabalho através de salários mais altos, que podem ainda aumentar com a aquisição de títulos de pós-graduação. A categoria de capital humano justifica diferenças educacionais no Brasil a partir dos níveis de escolaridade. (FRIGOTTO, 2010).

As desigualdades sociais educacionais não são exemplificadas apenas pela formação, mas pela diferenciação dos processos formativos em relação às esferas pública e privada. O sucateamento das escolas públicas diante da ausência de investimento na educação básica pelo governo, nos âmbitos federais, municipais e estaduais, determinou uma lógica perversa de reprodução das desigualdades sociais para a maioria da população pobre e negra que frequenta estas instituições.

Em resposta ao corte de repasse de recursos, por parte do Estado, para as políticas sociais em geral e para a política de educação, em particular, movimentos sociais incorporaram como pauta de suas reivindicações a falta de direitos das chamadas minorias, historicamente excluídas por raça, gênero, sexualidade e classe. Como desdobramento desta atuação dos movimentos sociais, em 2001, após a Conferência de Durban contra a Xenofobia e o Racismo Mundial, começaram a serem adotadas no Brasil as políticas de ações afirmativas.

Essas políticas passaram a ser enfatizadas pelos movimentos sociais, em especial; pelo movimento negro, como uma forma de reparação das desigualdades históricas sofridas pelos grupos etnicamente e socialmente excluídos do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social. A desigualdade social como alicerce da questão racial elabora revisionismo da construção da identidade brasileira, pontuando o branqueamento como um dos responsáveis pela assimilação da cultura negra na sociedade. Além disso, atribuindo ao racismo estrutural a responsabilidade pelo vácuo da falta de oportunidades para a população negra no país, cujo pressuposto histórico encontra-se no passado escravista.

As políticas de ação afirmativas são políticas sociais voltadas para concretização da igualdade substancial ou material, que procura neutralizar os efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e compleição física. A meta das ações afirmativas é a implementação de uma certa diversidade e de uma maior representatividade dos grupos minoritários nos mais diversos domínios da atividade pública e privada. (GOMES, 2003, p.21).

A política de ação afirmativa é interpretada como uma *discriminação positiva*, tomando como alvo um indivíduo específico, a fim de concretizar a igualdade substancial ou material, em que o principal elemento é a justiça social. Compreender a justiça social materializada no alcance de direitos implica, para o entendimento das políticas de ação afirmativa, articular os campos da educação e do trabalho, como forma de refletir sobre o processo de formação profissional, viabilizado pelo acesso e pela conclusão da universidade, e o potencial do indivíduo de se inserir no mercado de trabalho.

No quadro político-econômico de precarização e descontinuidade das políticas públicas na educação, de incentivo à privatização e de sucateamento do ensino público, a desigualdade entre negros e brancos, no que se refere à escolaridade, tornou-se uma justificava fundamental para falta de mobilidade social dos negros na sociedade capitalista contemporânea. Isso acontece visto que, a relação entre educação e trabalho ganhou centralidade no processo de reestruturação produtiva. Sob este aspecto, a luta do movimento negro assumiu centralidade a partir da defesa pela adoção de cotas para garantia do acesso de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras.

Em 2012, o Projeto de Lei PL.73/99, que tramitava no Congresso Nacional desde 1999, conferiu a constitucionalidade das cotas raciais e sociais nas universidades federais brasileiras e nos institutos técnicos federais (BRASIL, 1999). A nova Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012), sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, determinou a reserva de vagas, de no mínimo 50%, para os estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional das vagas reservadas

para negros e indígenas de acordo com a população étnica existente nos estados, definida pelo IBGE, onde se localizam as instituições federais.

Os estudantes que desejarem ser beneficiados pelas ações afirmativas devem realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obter a nota mínima no vestibular para concorrer à reserva de vagas. O critério racial (para negros e indígenas) é definido pela autodeclaração no ato de inscrição no processo seletivo, e o recorte de renda é um fator determinante para definir o perfil dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas, cuja renda familiar deve ser de até 1,5 salários-mínimos *per capita*. O poder executivo estipulou o prazo de dez anos para revisão do projeto de acesso às universidades para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas, e a partir da data de vigor da lei, as instituições federais terão que preencher, pelo menos, 25% das vagas previstas, tendo um prazo de quatro anos para cumprir integralmente a lei proposta.

A experiência da Uerj: pioneira na adoção das ações afirmativas no ensino superior

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual Norte Fluminense (Uenf), ao lado da Universidade Estadual da Bahia (Ueba) e da Universidade de Brasília (UNB), foram pioneiras na implementação das ações afirmativas.

Em 2003, ocorreu na Uerj o primeiro vestibular regulamentado pela política de ação afirmativa utilizando o critério de reservas de vagas – cotas, como categoria de acesso à universidade para negros, estudantes de escola pública e deficientes físicos. Porém, houve forte pressão social, com processos jurídicos encaminhados por alunos contra a universidade. Desse modo, solicitava-se a anulação do vestibular a partir de justificativas que argumentavam: a quebra de mérito; a possível queda de qualidade das universidades estaduais devido à entrada de alunos com aparente baixa qualificação por serem de escolas públicas; o privilégio aos negros; a dificuldade de averiguar a veracidade dos alunos negros autodeclarados, em virtude do histórico de miscigenação do país; e, até mesmo, a ilegitimidade das cotas raciais como uma medida para superação das desigualdades raciais no ensino superior e do racismo estrutural histórico no país.

A *racialização* do debate sobre a adoção das cotas na Uerj (SANTOS, 2003) incitou diferentes posições na mídia, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e na universidade, em dois eixos centrais e distintos de análise e discussão: os que se colocaram contra as cotas, denominados como universalistas, por privilegiar políticas de caráter universal sem especificação de cor, raça ou classe; e os defensores das cotas, que, diante das desigualdades raciais históricas, destacam a importância da implementação de políticas de discriminação positiva pelo Estado como forma de superação

do racismo estrutural, garantia da igualdade material, reparação histórica e justiça social para a população negra no Brasil.

Esta forte pressão social de entidades do movimento negro e de outros movimentos sociais (como pré-vestibulares comunitários) resultaram em reformulação das leis já regulamentadas¹ sobre o sistema de cotas no vestibular da Uerj.

A Lei n. 4.151, sancionada para o vestibular 2004, determinou mudanças nas categorias que justificavam os grupos sociais beneficiados pelas cotas. Em função de um novo disposto presente na lei, a universidade passou a trabalhar com o critério de análise socioeconômica de restrição de renda familiar para o benefício das vagas reservadas para negros, estudantes de escolas públicas, deficientes físicos e minorias.

Ademais, a Lei 4.151 estabeleceu 20% das vagas para estudantes da rede pública de ensino; 20% das vagas para negros; 5% para deficientes, nos termos da legislação, e minorias étnicas, com a necessidade de comprovação de renda *per capita* mensal no valor de um salário-mínimo como critério de carência. Desse modo, a lei de cotas na Uerj permitiu o acesso ao ensino superior a um *novo perfil*² de estudante, tornando-se necessário garantir a permanência do estudante cotista na universidade.

No ano de 2008, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou a Lei n. 5346, estabelecendo novas alterações para o funcionamento do sistema de cotas, sendo instituído o prazo de balanço e validade da política de dez anos (BRASIL, 2008). Além dos dispostos já existentes, que definem as categorias dos grupos étnicos e sociais beneficiados, a legislação incluiu nos 20% destinados às vagas reservadas para negros os quilombolas, e nos 5% remetidos às pessoas com deficiência, os filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Ainda, ratificou como dever do Estado proporcionar a inclusão social dos estudantes carentes ingressos da política de ação afirmativa, promovendo a permanência na universidade e preparando o estudante cotista para o mercado de trabalho, mediante um programa de apoio aos alunos ingressantes pelas cotas, denominado Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar). O objetivo é contribuir para integração, qualificação acadêmica, permanência e desenvolvimento profissional, social e pessoal do estudante cotista. O Proiniciar atua na supervisão, acompanhamento, avaliação e atendimento aos alunos cotistas, ficando também responsável pelo apoio

¹Para o conhecimento das leis, acessar: http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/index_portal.php

²O novo perfil de estudantes é um conceito desenvolvido por Machado (2010) para analisar e compreender o perfil socioeconômico dos alunos ingressos pelas cotas. Define-se por meio do critério de carência necessário para o direito às vagas reservadas, subjacente às diferentes categorias, o que torna fundamental a garantia do acesso e da permanência do aluno cotista na universidade através de uma política de assistência estudantil.

ao estudante através do repasse das bolsas³ e auxílios extras, como: material didático, bilhete único e atividades extracurriculares de complementação acadêmica.

A política de ação afirmativa na universidade viabilizou o acesso ao ensino superior, tendo como critério o recorte de renda e a reserva de vagas para um grupo de indivíduos com perfil étnico e social específico. Para esses, a trajetória social inclui dificuldades e experiências que expressam a falta de direitos, uma formação repleta de lacunas na educação básica, uma rotina que conjuga educação e trabalho em funções precarizadas e, muitas vezes, subalternas. Permanecer na universidade e concluir o curso de graduação significa, para esse grupo de estudantes, um desafio e uma meta a ser alcançada, que pode possibilitar, com a formação acadêmica profissional, o alcance de melhores colocações no mercado de trabalho.

Na conjuntura de retrocesso dos direitos trabalhistas e da precarização das relações de trabalho, repleto de trabalhadores hiperqualificados e dispostos a entrar no mercado de trabalho a qualquer custo, é possível questionar: teriam os ex-estudantes cotistas uma trajetória de maior dificuldade em função da sua condição de raça e classe, ou o alcance do diploma de graduação, em si, já se transformaria em facilitador, colocando estes estudantes em um mesmo nível de competição com os demais? Com a inserção no mercado de trabalho, teriam os ex-estudantes cotistas alcançado empregos com relativa estabilidade e na profissão em que se formaram? A posição alcançada no mercado de trabalho permite caracterizar igualdade material e justiça social a estes segmentos étnico-sociais?

Estas questões serviram de pressupostos para o desenvolvimento de tese de doutorado⁴ cuja pesquisa procura relacionar educação e trabalho como forma de investigar as trajetórias sociais e as experiências de ex-estudantes de cotas da Faculdade de Serviço Social da Uerj, no contexto de crise estrutural do capital. Esse contexto impacta fortemente no campo do trabalho, a ponto de expandir a condição de precariedade para diversos segmentos e categorias sociais, sobretudo dos assistentes sociais, que operam na execução de políticas sociais na área de saúde e educação, em projetos sociais, em ONGs e nas relações de trabalho mais diversificadas e precarizadas, mesmo que em empregos públicos.

Como sujeitos da pesquisa, foram entrevistados 11 estudantes cotistas concluintes da Faculdade de Serviço Social da Uerj, ingressantes entre os anos de 2003 e 2007. O período de 2003 a 2007 segmenta o grupo de estudantes que ingressaram na universidade nos primeiros anos de adoção e reformulação das políticas de ações afirmativas na Uerj. Além

³Inicialmente as bolsas eram oferecidas apenas para alunos do 1º e 2º anos de estudos. Com a Lei n. 5346/08, foram estendidas a todos os alunos cotistas com matrícula regular e que mantivessem a situação de carência. Todos os alunos beneficiados recebem Bolsa Permanência de R\$400,00, mesmo valor da bolsa de iniciação científica. Pode ser acumulada com bolsas de estágio externo ou pode-se, ainda, optar por outros tipos de bolsas.

⁴Ver: Barros (2015).

disso, incluir um universo de ex-alunos com até sete anos de formados, tempo razoável de vivência e experiência no mercado de trabalho, fora ou na área de atuação, tendo adquirido ou não um nível de pós-graduação *latu ou stricto sensu*.

Dos 11 entrevistados, 10 são do sexo feminino e 1 é do sexo masculino. Os entrevistados estão na faixa etária entre 20 e 40 anos. Em relação à identidade étnica, 5 dos entrevistados se classificaram com negros, 1 como pardo, 4 como brancos e apenas 1 não se classificou. A formação escolar básica de todos os entrevistados no ensino fundamental foi realizada em escolas públicas; 3 dos entrevistados concluíram o ensino médio em escolas particulares, 1 dos entrevistados concluiu o ensino médio em uma escola técnica e 7 concluíram o ensino médio na rede pública estadual⁵.

A finalidade do estudo sobre as trajetórias sociais dos ex-estudantes de cotas da Faculdade de Serviço Social da Uerj consistiu em averiguar os movimentos destes indivíduos relacionados às experiências de vida relativas à escolarização, à graduação e à entrada no mercado de trabalho. Foram observadas as dificuldades ou facilidades para conseguir o primeiro emprego, a rotina de trabalho, a existência ou não de racismo e discriminação no ambiente de trabalho, a satisfação ou insatisfação com a carreira profissional escolhida, entre outros elementos. Assim, foi possível delinear eventuais mudanças socioeconômicas que justifiquem possibilidades de mobilidade social alcançada por este grupo étnico e social a partir de políticas de ação afirmativa na universidade.

A utilização do materialismo histórico como análise das múltiplas determinações da realidade, nesta pesquisa, foi fundamental para a compreensão da relação entre as temáticas de educação, trabalho e política de ações afirmativas. Essas se colocam como um objeto concreto a ser investigado, de maneira que lidar com o concreto demanda uma síntese de suas particularidades, ou seja, das determinações abstratas. Assim, implica análises sobre: a importância das políticas de ações afirmativas para o acesso e conclusão do ensino superior, o papel da universidade na formação profissional dos estudantes beneficiados pelas cotas e a trajetória social dos ex-alunos cotistas da Uerj no mercado de trabalho.

A realização de entrevistas⁶ teve como base um questionário fechado, com dados pessoais, questões sobre a trajetória escolar, ingresso, cotidiano e conclusão na universidade, bem como inserção no mercado de trabalho e singularidades profissionais. O roteiro de entrevistas determinou a sistematização das falas dos entrevistados em três eixos centrais: 1) educação básica; 2) ações afirmativas no ensino superior; e 3) mercado de trabalho.

⁵ É importante salientar que, para adquirir benefício das cotas para estudantes de escola pública, o estudante deve ter concluído todo o ensino médio na rede pública de ensino.

⁶ As entrevistas foram realizadas em questionário aberto via Skype e WhatsApp.

Esta linha de análise teve como objetivo avaliar não só a trajetória acadêmica do entrevistado, mas também observar aspectos da formação profissional; situação do entrevistado no mercado de trabalho em relação à satisfação profissional, salarial e vínculo empregatício; inserção em cursos de pós-graduação, entre outros. Esses elementos permitiram averiguar a trajetória social alcançada pelos ex-estudantes de cotas da Faculdade de Serviço Social da Uerj após a conclusão da universidade e a profissionalização. Foram, portanto, identificadas nas falas dos entrevistados especificidades das relações de trabalho, assim como características e dificuldades do mercado de trabalho do assistente social contemporâneo, tendo como sujeito histórico este grupo étnico-social que categoriza o perfil do aluno de cotas⁷.

Uma breve reflexão sobre a inserção no mercado de trabalho dos estudantes cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj

Na conjuntura da reestruturação produtiva, um conjunto de transformações refletiu na organização e na gestão do trabalho, provocando alterações nas relações sociais. Novas demandas foram postas para o Serviço Social e para o mercado de trabalho dos assistentes sociais, que vivem um processo de precarização com crescente desemprego e ampliação dos processos de terceirização e flexibilização.

Essa realidade é exemplificada pelo aumento do número de contratações por ONGs, em programas de qualidade total, assim como pelo gerenciamento de mão de obra também em empresas privadas. A iniciativa privada, nesse caso, está direcionada para cumprir um papel filantrópico, desempenhando a chamada “responsabilidade social”, criando parcerias com o próprio Estado e/ou com a sociedade civil.

De acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p. 182), a esfera estatal permanece concentrando o maior número das instituições empregadoras dos assistentes sociais, o que leva a uma maior concentração desses profissionais, distribuídos sobretudo no âmbito das políticas de seguridade social, com destaque para as áreas de saúde e assistência. Esta tendência pode estar vinculada, entre outros fatores, à necessidade de administrar as contradições decorrentes das defasagens entre a redução dos gastos sociais e o aumento da demanda por serviços públicos, considerando o agravamento da questão social. Tal fato contribuiu para outra tendência: a da redução dos atendimentos estatais e do deslocamento de atribuições e responsabilidades do setor público para o privado via filantropização e

⁷Na tese de doutorado foi realizada uma matriz com o perfil socioeconômico dos 11 entrevistados, cujo modelo foi o questionário socioeconômico do vestibular da Uerj (BARROS, 2015).

mercantilização, exemplificadas a partir da institucionalização do Terceiro Setor, que contribui para o surgimento e ampliação das ONGs.

Para Abreu (2004, p. 62), essas contradições repercutem nas condições de trabalho da categoria, destacando-se a incidência de modalidades de precarização do trabalho profissional (terceirização, contratos temporários etc.), sobretudo em relação à oportunidade de trabalho em municípios, no bojo do processo de interiorização (municipalização). Essa incidência se dá mediante, principalmente, o predomínio de contratações por meio de esquemas clientelistas (indicações e convites) ou sob forma de prestação de serviços (as chamadas assessorias e consultorias). Porém, sem registro em carteira profissional (CTPS), sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração. Contudo, além da incidência de precarização do trabalho, há ainda a abertura e intensificação de formas de atuação profissional vinculadas às estratégias conselhistas, que apontam novas formas de articulação profissional com os interesses de classes e a necessidade de adequação técnico-administrativa às exigências postas pela reorganização dos serviços públicos, a partir de um novo padrão do trabalho baseado em inovações de ordem tecnológica e de gerenciamento da força de trabalho.

Com a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de assistência social. Esses avanços, segundo os autores Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010), foram tecidos em uma conjuntura política adversa à expansão da assistência social como política pública, o que revelou em sua implementação uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação. Assim, como pontuado anteriormente, foram comprometidas a universalidade e a continuidade de suas ações.

Sobre a inserção dos assistentes sociais no âmbito das políticas públicas, a Nova Política de Assistência Social (PNAS), que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas), define dois patamares de proteção social: a básica e a especial, de modo a garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia) e o convívio ou vivência familiar e experiências vividas enquanto profissionais.

Ainda de acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010), a visão crítica da realidade é fundamental para ação profissional no Suas, que define aspectos do desempenho profissional dos assistentes sociais, na multiplicidade das refrações da questão social em recortes e fragmentos das problemáticas sociais. A principal tensão presente na formação e nas competências profissionais dos assistentes sociais está na capacidade de compreender a necessidade objetiva da ampliação da assistência, diante do agravamento da pobreza, sem hiperdimensionar o papel da assistência social no enfrentamento da questão social.

A prática profissional requer conhecimentos específicos que deem conta das particularidades e singularidades da assistência social, em que, de forma crítica, se justifica a importância da formação profissional no

desvelamento da realidade sobre a qual incidirá a Política de Assistência Social.

Além dos campos de trabalho já apresentados, Almeida e Alencar (2011) apontam algumas das atuais áreas de trabalho do assistente social, tais como: política de assistência social, política de atenção à criança e ao adolescente, política do idoso, no campo sociojurídico, na área da educação e na área da saúde.

As entrevistas evidenciaram que a conclusão da universidade viabilizou um conhecimento crítico e social responsável por formar o assistente social enquanto profissional engajado politicamente. A inserção em grupos de pesquisa apresentou aos entrevistados um universo acadêmico importante à formação continuada do assistente social, e o estágio permitiu o conhecimento das áreas de atuação do assistente social enquanto profissional. Contudo, a inserção no mercado de trabalho assumiu uma trajetória que não foge à malha da precarização do trabalho e do medo de ficar desempregado.

Na análise de trajetórias, o nexo entre a ocupação e o nível de escolaridade demonstra que a continuidade nos estudos é uma estratégia para o aumento salarial e garantia de melhores colocações nos concursos públicos. Em alguns casos, a opção pelo mestrado com bolsa passa a ser uma alternativa de fuga ao desemprego e uma forma de manter-se atualizado no trabalho que se está realizando. As entrevistas revelaram que, para os entrevistados, o concurso municipal acaba sendo um trampolim para o alcance de melhores concursos, sobretudo após a aquisição de títulos de pós-graduação.

Observando o nível de escolaridade dos entrevistados, 5 deles possuem o grau de especialização completo, 1 está com a especialização em andamento, 1 possui uma especialização completa e está com o mestrado em andamento, e 4 possuem nível superior completo e nenhum tipo de pós-graduação. Em relação à ocupação atual, 10 dos entrevistados possuem vínculos formais; entre eles, 6 são concursados municipais, 1 pontuou ser concursado de nível médio e 3 possuem vínculos formais de CLT, sendo que 1 disse acumular os vínculos formais com outro, de prestação de serviços. Apenas 1 entrevistado mencionou estar desempregado. Dos 10 entrevistados empregados, 5 atuam na área da assistência social e 5 na área da saúde.

A permanência em vínculos precários levou os entrevistados a uma jornada de acúmulo de empregos, exemplificada na concentração de cargos públicos – de nível médio e superior, ou de empregos conjugando o trabalho formal com outros de prestação de serviço, sem direitos trabalhistas. Esta realidade também pode ser observada em relação à renda de cada entrevistado, em que aqueles que afirmam possuir o maior número de salários-mínimos costumam acumular o vínculo formal com outros vínculos empregatícios, sendo um deles informal – temporário, prestador

de serviços. Dos 11 entrevistados, 5 possuem uma renda atual de 1 a 3 salários-mínimos, 4 possuem uma renda de 3 a 5 salários-mínimos e 2 possuem de 7 a 9 salários-mínimos.

O estudo de perfil socioeconômico também mostrou a dificuldade de alcançar a autonomia financeira, visto que 2 entrevistadas disseram ser responsáveis pelo sustento da família junto do marido, 2 disseram que somente o marido se responsabiliza pela renda familiar, 4 dos entrevistados disseram que ou o pai ou a mãe são responsáveis pela renda familiar, 2 pontuaram que dividem a renda familiar com o pai ou a mãe e apenas 1 se responsabiliza pela própria subsistência.

As trajetórias sociais dos entrevistados no mercado de trabalho demonstraram que o alcance do vínculo de trabalho formal pressupõe uma ampliação no poder de compra através do alcance de bens materiais, como: aquisição de carro e casa própria, possibilidade de bancar as despesas pessoais e ajudar nas despesas da família. Mas esta melhoria relativa na situação econômica e material ainda não foi suficiente para modificar sua condição de raça e classe.

No que se refere às relações raciais no mercado de trabalho, as falas dos entrevistados não denunciam um preconceito racial direto e claro, mas também não anulam a existência do racismo no ambiente de trabalho. Em algumas falas é possível observar a existência do racismo em instituições públicas, como o caso da assistente social negra que assumiu o cargo na Defensoria Pública do Rio de Janeiro e pontuou que foi questionada por um dos funcionários sobre ser ou não servidora.

A inserção no mercado de trabalho dos entrevistados acompanha as demandas profissionais dos assistentes sociais em áreas diversas de atuação, que incluem a saúde, a assistência, o campo sociojurídico e a educação. As entrevistas demonstram que o mercado de trabalho para os assistentes sociais tem se apresentado bastante precarizado, tanto no âmbito dos vínculos empregatícios, quanto nos limites encontrados na dinâmica do fazer profissional.

Conforme a fala dos entrevistados, em relação aos vínculos de trabalho, é comum que o assistente social tenha que acumular uma jornada extensa de trabalho, concentrando vínculos estáveis com empregos temporários para aumentar seu salário-base. Além disso, ser concursado não significa estabilidade devido aos baixos salários e às condições de trabalho como funcionário público. Nesse sentido, 6 dos entrevistados mencionaram que a estrutura e as condições de trabalho nas prefeituras, hospitais e demais instituições públicas são insalubres, pois faltam materiais básicos de higiene e água potável. Ademais, os equipamentos e espaço de trabalho para realizar os atendimentos precisam ser divididos com outros profissionais, a infraestrutura é precária e faltam computadores para a realização do acompanhamento dos usuários.

As entrevistas também ilustraram o preconceito de outras profissões em relação ao assistente social no ambiente de trabalho, sobretudo na área da saúde, em que alguns profissionais negligenciam e desprezam a importância do Serviço Social. Sob estes aspectos, os entrevistados revelaram que acabam realizando funções que estão fora da área de atuação, acumulando a demanda profissional com serviços subalternos.

Dos 11 entrevistados, 10 afirmaram que há péssimas condições de trabalho, somadas à perda de autonomia devido à burocratização do fazer profissional do assistente social – através do preenchimento de fichas, da rotina sem previsão de mudança na situação do usuário e das limitações encontradas pelos assistentes sociais que atuam junto às políticas públicas do governo, sobretudo no Cras e Creas. Gera-se, assim, um sentimento comum de desmotivação profissional, no qual a maioria dos entrevistados confessou já ter tido vontade de abandonar o Serviço Social enquanto profissão.

O desejo de mudar de emprego e optar por um trabalho fora da área em que se formou pode ser justificado pelo baixo piso salarial dos assistentes sociais, pela atuação burocratizada, subalternizada, que limita a ação dos assistentes sociais conforme os pressupostos do projeto ético-político profissional e também pela dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho. De acordo com um dos entrevistados, que afirmou estar desempregado há um ano, o concurso público seria o caminho mais rápido para conseguir um emprego como assistente social. Nesse sentido, embora a área de maior absorção dos assistentes sociais seja a esfera pública, a concorrência dos concursos reforça a necessidade de continuidade nos estudos com a aquisição de títulos de pós-graduação para o alcance de melhores colocações e aumento na remuneração salarial.

Observa-se que a maioria dos entrevistados mantém vínculos familiares morando na casa dos pais. Ainda que vivam de maneira autônoma, continuam necessitando da ajuda financeira de familiares e, mesmo casados ou com uma vida independente, acabam por residir nos bairros de origem ou próximos. Ou seja, a sua condição de classe permanece a mesma, contrariando um apregoado discurso, no senso comum, de que as cotas podem realizar uma “mobilidade social”.

Neste sentido, os egressos de cotas da Faculdade de Serviço Social, de maneira comum, concordam que o alcance da profissionalização e a conclusão da graduação foram fundamentais para ampliar as oportunidades de emprego e, de certa forma, driblar as estatísticas que determinam a reprodução das desigualdades sociais e econômicas para este segmento social específico, cujo caminho natural é a ocupação dos postos de trabalho de nível baixo e médio para indivíduos com pouca escolaridade.

Considerações finais

Tendo como base as questões propostas, a pesquisa realizada concluiu que mesmo que os jovens concluintes tenham potencialmente condições de alcançar melhores oportunidades de trabalho através da profissionalização, teoricamente, adentrar o mercado de trabalho na profissão em que se formaram não significa fugir da teia que envolve as relações de subalternização e exploração existentes. As políticas de ações afirmativas, em sua condição normativa, não conseguem alcançar os pressupostos almejados para reduzir as desigualdades sociais, tendo em vista que a conclusão da universidade não isenta a relação imposta entre educação e trabalho na cena contemporânea de formação de uma massa de proletários supérfluos, escolarizados e disponíveis a se submeter às condições abusivas de empregabilidade.

Os concluintes por cotas podem até experimentar novas oportunidades, exemplificadas na continuação dos estudos e preparação para inserção em cargos públicos, além de empregos com salários relativamente melhores do que os colocados para indivíduos sem qualificação profissional. Porém, essa inserção no mercado de trabalho sugere apenas uma mudança sensível nas condições de vida, que não implica em uma mudança em sua condição de classe, muito menos a superação das dificuldades colocadas pela manutenção do racismo estrutural em nossa sociedade.

Para além da observação da inserção destes jovens no mercado de trabalho, o ponto mais interessante se traduz no papel da universidade para *além do capital*, como pontua a fala de um dos entrevistados:

Eu costumo dizer que de certa forma eu venho quebrando estatísticas, superando barreiras. Porque é muito difícil você sair de uma comunidade onde seus pais não tiveram uma formação de nível superior e diante de todas as dificuldades, das adversidades que a própria vida e esse mercado, o capitalismo e a competitividade, pensar, sair de uma favela questionando, tendo uma visão crítica e tendo essa inquietação, essa sede de sempre querer mais.

Este é um dos aspectos mais importantes das políticas de ação afirmativa; ao garantir o acesso ao ensino superior, trazem à universidade a experiência de diversidade de identidades e de trocas de saberes entre os estudantes a partir das diferenças de raça e classe. Atribui-se, portanto, à universidade o papel de educar para além das exigências do capital e do mercado de trabalho, construindo conhecimentos para a formação humana, cidadã e com consciência crítica.

Referências

- ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço social e Sociedade*, São Paulo, n. 79, 2004.
- ALMEIDA, N. L. de T.; ALENCAR, M. M. T. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARROS, C. F. do R. *Educação, trabalho e ações afirmativas no ensino superior: trajetórias sociais de alunos egressos das cotas da UERJ*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Uerj, Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Projeto de lei n. 73, de 1999. 1999. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BRASIL. Lei n. 5346/2008. 2008. Disponível em: http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/legislacao/lei_num_5346_2008.html. Acesso em: 13 jan. 2018.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (org.). *Ações afirmativas*. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARVEY, D. *Da produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MACHADO, E. A. *Desigualdades raciais e ensino superior: um estudo sobre as leis de reserva de vagas para egressos de escolas públicas e cotas para negros pardos e carentes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000-2004)*. Tese de doutorado. UFRJ, dezembro, 2004.
- MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, R. E. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. IN: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (org.). *Ações afirmativas*. Políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DOI: 10.12957/rep.2019.42538

Recebido em 30 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 22 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.